

Das barracas à habitação social: trajectórias identitárias em contextos de realojamento

José Cavaleiro Rodrigues (CRIA-FCSH/NOVA)

Workshop **CIDADE E ETNOGRAFIA: 20 ANOS DE PESQUISAS SOBRE LISBOA**

5 de Maio 2015, Auditório 1, torre B, das 14h-20h

ORG: JOSÉ MAPRIL E FILOMENA SILVANO

Os últimos 20 anos, período sobre o qual temos estado a refletir neste workshop dedicado às etnografias urbanas, foram a época em que em Lisboa se procedeu à demolição de quase todos os núcleos de construção abarracadas, espontâneas e precárias que ainda restavam espalhados pela cidade e muitos habitantes mais pobres tiveram, pela primeira vez, acesso a uma habitação conforme aos padrões próprios das sociedades desenvolvidas. Depois do Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), ter entre 1987 e 1993, construído aproximadamente 7500 fogos, o Plano Especial de Realojamento (PER), permitiu, já nestas últimas duas décadas, a edificação de mais de 9000 novas habitações. Muito embora noutros concelhos da AML se tivesse ficado bem longe dessa meta, já há 10 anos atrás Lisboa estava muito perto de conseguir a erradicação completa das barracas da sua paisagem urbana. Este desígnio político¹ veio resolver largamente o problema das carências habitacionais mais extremas, mas não deixou de incorrer em erros antigos e que poderiam ter sido evitados. Um dos aspetos potencialmente mais perigosos e controversos² foi a criação de grandes aglomerados e bairros maiores do que os pré-existentes. Para dar um único exemplo, na Alta de Lisboa Centro passaram a residir mais de 6000 pessoas, provenientes da demolição de 9 bairros diferentes. Abandonou-se a escala das “cidades novas” projetadas nos anos 60 e 70, através do Plano de Urbanização de Chelas e do Plano Integrado de Almada, mas não só não se contrariou em absoluto a tendência para a

¹ O Plano Especial de Realojamento para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto foi criado em Maio de 1993 (dec. Lei 163/1993), sendo Ministro da Obras Públicas o eng^o Ferreira do Amaral, com o propósito de dotar as autarquias com os meios financeiros necessários para, num esforço inédito e nunca antes assumido, eliminar definitivamente os bairros abarracados de construção precária, um dos mais graves e mais antigos problemas urbanos do país. O objectivo político inicialmente traçado era ter no ano 2000 todos os realojamentos concluídos e entrar no novo milénio sem vestígios de barracas nas áreas metropolitanas.

² Os alertas para os riscos da concentração provocados pela implementação do PER surgiram quase de imediato. No ano a seguir ao anúncio do plano, Fonseca Ferreira escrevia: “O PER tem à partida todos os ingredientes para o desastre: construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precariedade económica e com graves problemas sociais(…)” (Ferreira, 1994: 10).

concentração, como se deixou que, só no perímetro da cidade, Lisboa tenha hoje cinco bairros sociais com mais de 5000 habitantes. Temos hoje uma cidade mais segregada e desperdiçámos durante este processo o potencial motivador e aspiracional que a requalificação do estatuto habitacional poderia trazer para a promoção social destas populações.

A história do meu envolvimento enquanto investigador com os contextos sociais e urbanísticos de realojamento precede este período mais recente. Era ainda aluno de licenciatura, no final dos anos 80, quando recebi um convite para participar num projeto de dinamização sociocultural de um grande bairro de realojamento, a Zona N2 de Chelas, hoje chamada Quinta dos Lóios. Segundo o diagnóstico então produzido, após a mudança para o novo bairro a população realojada mudara por completo os seus antigos hábitos de relacionamento, cultivados durante décadas no bairro de barracas e, no lugar das solidariedades e sociabilidades próprias de muitos meios populares, instituíra uma ética e comportamentos de evitamento, fechamento doméstico e isolamento familiar. Para tentar contrariar esta rutura relacional e mobilizar as energias coletivas que pudessem ser usadas para resolver os problemas comunitários, nomeadamente o vandalismo e a pequena criminalidade que frequentemente tomavam conta dos espaços públicos, os técnicos locais estavam à procura das melhores estratégias e formas de ação para, de acordo com os seus diagnósticos, religar o tecido social e recuperar alguma da antiga coesão interna.

A Zona N2 era uma das seis áreas habitacionais do Plano de Urbanização de Chelas, destinadas a alojar em 510ha uma população que se previu vir a ser superior a 50 mil indivíduos. Concebido nos anos 60 e revisto na década de 70, mantendo alguns traços do modernismo arquitetónico e da 'Carta de Atenas', o plano dividia o perímetro de Chelas em grandes bairros estritamente residenciais, separados por vastas áreas verdes, atravessadas por vias de interligação e conexão à cidade, ao longo das quais se projetava instalar comércio e serviços de proximidade e atividades económicas com expressão e atratividade à escala urbana e regional. Assim ditava o plano, mas o que os novos moradores foram encontrar era substancialmente pior. Vários anos decorridos após o realojamento, pouco mais havia do que os edifícios e uma desoladora envolvente de terrenos abandonados, sem infra-estruturas, equipamentos e o comércio essenciais, onde parte da circulação interna se fazia por antigas azinhagas e até os transportes públicos de ligação à cidade tiveram que ser reivindicados.

Nada mais diferente do que o cenário de vida urbana de onde os realojados provinham. A Quinta do Narigão era um bairro de barracas construído em terrenos públicos, que compensava a falta de condições com a localização na freguesia de São João de Brito, paredes-meias com o bairro de Alvalade, uma das áreas de classe média mais privilegiadas de toda a cidade. Ainda assim, estes urbanitas de primeira geração, protagonistas quase todos do êxodo rural que esvaziou os campos em Portugal nos anos 60, pareciam estar a ser largamente beneficiados com o realojamento que lhes foi concedido. Conseguiram-no em 1975, bastante antes de muitos outros milhares de moradores de núcleos de barracas espalhados por Lisboa saberem quando iriam ter direito a uma habitação e foram-lhes atribuídas casas em edifícios que viriam a ganhar notoriedade e ficar ligados à história deste período da arquitetura portuguesa. Entre eles, o conjunto habitacional popularmente apelidado de ‘Pantera Cor-de-Rosa’³, obra dos arquitetos Gonçalo Byrne e Reis Cabrita. Não havendo uma identificação prévia da população a que se destinavam as habitações, os autores elaboraram o projeto sabendo apenas que o mesmo se destinava a “uma população da cidade com baixo nível económico”⁴. A elaboração de projetos a partir de caracterizações genéricas e vagas, sem conhecer os utentes reais e sem alicerçar as propostas num trabalho de campo prévio, foram durante esta época prática corrente na construção de habitação social. No caso deste projeto, a principal preocupação parece ter sido a relação entre o edificado e o espaço público, derivada duma revisão de conceitos arquitetónicos que decorria a nível internacional, associada à ultrapassagem das ideias e do programa modernistas. Em termos operativos, esta preocupação traduz-se numa construção contínua de edifícios alinhados, ligados uns aos outros por galerias exteriores que percorrem as fachadas e por pontes entre os vários blocos, de modo a que seja o conjunto a desenhar a praça e as ruas, recuperando e simultaneamente renovando a maneira tradicional de organizar o espaço público urbano. Malgrado o interesse e o reconhecimento que o projeto gerou no meio profissional da arquitetura, esta opção estruturante do desenho suscitou equívocos e levou à rejeição dos edifícios por parte da população. Logo durante a construção, quando se deslocavam ao sítio para acompanhar a evolução das obras, as pessoas

³ A inspiração para o nome resultará da opção dos arquitetos pelo cor-de-rosa que recobre todas as fachadas e do facto do edifício ser contemporâneo da exibição da versão televisiva da conhecida personagem de animação norte-americana, *Pink Panther*.

⁴ Segundo a memória descritiva do projeto.

expressavam a sua surpresa e incompreensão, ao ponto de entre muitos se ter instalado definitivamente a ideia de que as suas futuras casas seriam uma adaptação daquilo que esteve destinado a ser um hospital. O motivo da celeuma inicial e dos desentendimentos posteriores foram os acessos em galeria e a liberdade de circulação que permitiam, frontalmente recusados por todos. O que tinha sido projetado de uma forma pretensamente empática, para facilitar os contactos e os inter-relacionamentos diários, transformou-se numa fonte de problemas e conflitos entre moradores e destes com a entidade promotora, ao tempo da construção, o Fundo de Fomento da Habitação⁵.

Pantera Cor-de-Rosa



⁵ Actual INH. Depois dos protestos, de abaixo-assinados e reuniões, alguns moradores, associados ou isoladamente, colocaram portões e vedações e interromperam as passagens. As entidades públicas procederam a demolições, mas há quatro anos atrás uma parte destas obras de alteração continuava de pé.

Pantera-Cor-de-Rosa



A situação criada pelas galerias testemunhava, quanto a mim, mais do que um simples desajustamento entre os ideais e as linguagens da arquitetura e as necessidades e expectativas da população. Ela pode servir, em primeiro lugar, para denunciar as teorias substancialistas do espaço e os preconceitos teóricos que exacerbam o poder das formas construídas para condicionar as relações sociais e se imporem aos modos de vida. Não foi por existirem galerias, ruas privadas ou “lugares de estar”, que os moradores da ‘Pantera Cor-de-Rosa’ se dispuseram a dar continuidade às formas de sociabilidade e de apropriação dos espaços exteriores que tinham mantido no Narigão; reagiram ativamente contra as novas disposições espaciais e, não conseguindo ser bem-sucedidos, prosseguiram com as estratégias de individualização dos

modos de vida que lhes pareciam fazer mais sentido no contexto do pós-realojamento. É verdade que ao deixarem desertos as áreas de estar e de circulação públicas, os moradores renunciaram ao seu controle comunitário e abriram a porta à ocupação por parte de outros utilizadores e a comportamentos disruptivos. Mas, ao contrário do que algumas análises supõem e querem fazer crer, não são os sentimentos de insegurança que estas presenças indesejadas podem gerar, sobretudo em certos momentos críticos, que justificam o fechamento doméstico e o retraimento relacional; a privatização dos modos de vida corresponde a processos e lógicas que são anteriores, não tem origem na insegurança, manifesta ou percebida, mesmo que os dois fenómenos se potenciem e possam mesmo aparecer associados nas representações dos próprios atores sociais.

Estas alterações nas posturas face aos relacionamentos locais que acompanhavam a transição entre o bairro de barracas e o bairro de realojamento, levaram-me a colocar a hipótese de que pudesse ser a mudança da condição habitacional a provocar a emergência de uma nova ética residencial, de um código de comportamentos que explicitamente prescrevia o afastamento dos espaços comuns e o distanciamento social, condenando a permanência imotivada no exterior e qualquer tipo de contactos mais próximos, para além dos sinais de reconhecimento e saudação obrigatórios no quotidiano⁶. Anos mais tarde, pude pôr à prova essas minhas intuições em várias situações de pesquisa. Uma delas, decorreu do acompanhamento de oito processos de realojamento integrados no PER (Plano Especial de Realojamento), entre 2000 e 2001⁷, com entrevistas em painel a 32 famílias, de modo a recolher impressões sobre as suas expectativas e projetos iniciais, sobre a experiência da mudança e a evolução das práticas e representações ao longo desse período de transferência residencial. Na voz destas famílias, o tempo que medeia entre o anúncio dos processos e a concretização dos

⁶ Na prática, pelo menos uma parte da população mais idosa não cumpria sempre com estas regras. Mas nem estes detratores, nem nenhuns dos outros moradores, deixavam de repetidamente se referirem às ditas regras, de as defenderem e manipularem discursivamente, para se situarem a si e aos outros no microcosmos das relações locais.

⁷ Os oito processos dizem respeito à transferência das populações de sete bairros (Musgueira Norte, Musgueira Sul, Quinta do Louro, Alto dos Moinhos, Calvanas, Casal do Pinto, Quinta das Murtas, Quinta dos Padres, Beco das Beatas e Pailepa – este último em duas fases), para três novas localizações (Carlos Botelho, Alta de Lisboa Centro e Paço do Lumiar) e um realojamento local (Murtas).

realojamentos é uma época de grande expectativa e entusiasmo, em que se procura estar a par de toda a informação, corresponder às solicitações administrativas, conhecer as características das novas habitações e fazer planos quanto à sua ocupação. À preocupação individual junta-se frequentemente a mobilização colectiva, com associações locais a formarem-se para organizarem a população, assumirem a sua representação e mediação durante os contactos e as negociações com as entidades promotoras. São também tempos difíceis e, por vezes, agitados, com desconfianças, acusações e conflitos a marcarem as relações entre as partes. Receia-se ser preterido, descobrem-se comportamentos de favor, luta-se pelas melhores localizações e tipologias mais favoráveis. As solidariedades e as estratégias individuais combinam-se para procurar controlar as decisões e ter o que se deseja. Depois de estarem a viver nas novas casas, as queixas e reclamações, quando existem, são pontuais e não diminuem a satisfação geral com a mudança de residência. Os primeiros meses são preenchidos com a instalação, o arranjo dos espaços, as aquisições de mobiliário e equipamento com que cada família, à medida das suas ambições e possibilidades, quer decorar e tornar seus os espaços. Uns recusam-se a trazer o que quer que seja das casas antigas, endividam-se e investem na renovação completa dos recheios; outros, mais modestos ou previdentes, adquirem apenas o que é de absoluta necessidade, mas todos projetam na casa a ideia de uma vida nova. Para muitos, ter uma casa conforme aos padrões de habitar acessíveis à generalidade da população urbana, é um acontecimento inigualável e sem paralelo nas suas biografias.

A casa nova representa salubridade, conforto e segurança para a vida das famílias, mas a par do valor de uso dos imóveis aparecem sempre significados que nos remetem para o seu valor simbólico. O mesmo se passa com o conjunto dos espaços residenciais, os bairros, em relação aos quais os ganhos de imagem, incidindo sobre as representações externas, são pelo menos tão valorizados quanto as vantagens de ordem material e prática que cada um sente na utilização quotidiana do novo *habitat*. Este aspeto passará um pouco despercebido nas análises produzidas por muitos investigadores, mas, quanto a mim, a esperança e a motivação com que são acolhidos os processos de realojamento têm muito a ver também com a sensibilidade identitária destas populações e com a expectativa de que um novo estatuto habitacional seja possível e tenha um reflexo positivo no modo como são socialmente reconhecidas. Sob este ponto de vista, as populações obrigadas a viver décadas em habitações precárias não são diferentes do conjunto da sociedade e encaram o alojamento como um marcador simbólico que

permite a identificação e o posicionamento nas hierarquias sociais urbanas. A imposição de uma ética residencial, nos termos que descrevi, decorre ainda desta tentativa de aproveitar o realojamento para reformular positivamente as identidades atribuídas, procurando promover a conformidade dos comportamentos a modelos de urbanidade e a modos de habitar decorrentes do novo estatuto habitacional que se quer ver legitimado.

Apesar da esperança e do esforço organizado com que muitos moradores se empenham nestes processos de luta em torno da identidade comum, os resultados são necessariamente incertos. Os realojamentos mudam a condição habitacional, mas deixam intocados todos os outros fatores de pobreza e exclusão que se manifestam no espaço e que podem conduzir ao restabelecimento de eventuais estigmas e identidades negativas. Foi isso que aconteceu na Horta Nova, um bairro de realojamento local que observei poucos anos depois de concluído o processo de realojamento em 1992. Aquando da minha chegada ao bairro, em 1995, vivia-se um período de uma certa acalmia que, segundo os moradores, não obstava a que a má reputação sentida no passado estivesse de volta. O tráfico de droga, a delinquência e a pequena criminalidade a que de forma mais notória passou a dedicar-se uma pequena franja da população residente, foram os grandes fatores responsabilizados pelo reaparecimento das representações negativas, formadas a partir do exterior mas plenamente assumidas pelos meus informantes. A esses fatores juntavam ainda os sinais da degradação de uma parte das construções, a vandalização dos espaços coletivos e situações de desordem e infração à lei que haviam merecido a atenção da polícia e a cobertura dos meios de comunicação social, como justificações para o avanço das condenações externas de que o bairro era objeto.

Horta Nova



A tendência para a individualização dos modos de vida, reforçada na Horta Nova por uma quase dissolução da associação de moradores em lutas internas e pela fraca capacidade de mobilização de estruturas alternativas criadas no pós-realojamento, deixaram a população incapaz de reagir e contrariar coletivamente as forças que a empurravam de novo para a estigmatização. Perante este cenário, salvaguardar a identidade e suster, a nível interno e face ao exterior, as aspirações a uma subida de estatuto, são metas que só podiam ser perseguidas através de estratégias individualizadas de demarcação de todos os comportamentos que estavam na base da condenação social dos residentes e do bairro. O mecanismo de diferenciação a que os moradores recorreram para proteger as suas aspirações foi fundamentalmente discursivo e tinha como instrumento as acusações trocadas no quotidiano relacional. A comunicação e as interações apareciam por isso dominadas pela troca constante de acusações, sob a forma de insultos diretos e frontais, de rumores ou comentários jocosos que eram postos a circular e envolviam a totalidade da identidade social dos indivíduos e das famílias, recobrando temas variados que iam dos comportamentos laborais e económicos às práticas domésticas e das relações de vizinhança aos papéis conjugais e parentais. Para pôr o processo acusatório a funcionar era erigida uma ‘posição ideológica’ à qual correspondia o ‘polo negativo’⁸ dos comportamentos e que se destinava a concentrar numa categoria específica de moradores o essencial das acusações e do descrédito exteriores. No ‘jogo social’ da troca de acusações, cada participante procurava projetar aqueles que elegia como adversários em direção ao polo negativo das representações, ao mesmo tempo que exaltava a diferença e a superioridade do seu próprio comportamento ou da sua família. Tínhamos, portanto, uma dinâmica hierarquizante original, em que os lugares ocupados se definiam pela distância em relação a um polo negativo e em que só havia duas posições estáveis: a dos que estavam excluídos e a dos que se excluía das trocas de acusações. A primeira reunia os que foram fixados ao polo negativo, aqueles que consensualmente eram vistos como responsáveis pelo descrédito do bairro e por violarem as normas definidas para os modos de vida residenciais. Tratava-se de indivíduos e grupos familiares em situações de miséria extrema, muito dependentes da proteção assistencial, por vezes com histórias de vida ligadas à criminalidade,

⁸ ‘Posição ideológica’ e ‘polo negativo’ são expressões empregues por Gérard Althabe (1993) e outros investigadores na análise das *cités HLM*. Tomo-os de empréstimo por encontrar paralelismos, para mim evidentes, entre as dinâmicas relacionais no contexto da habitação social francesa e o que, a este nível, se passa no nosso país.

ao desvio e a condenações judiciais, segregados pelo resto dos moradores e sem credibilidade para lançar acusações. A segunda correspondia aos que estavam numa posição diametralmente oposta, a dos que se distinguiram pela situação económica e pelo estatuto habitacional diferenciado, que cultivavam o distanciamento e estavam menos expostos às relações e intrigas locais. Tirando estas duas minorias, todos os outros, de uma forma mais ou menos ativa, voluntária e consciente eram participantes nas lutas de (des)classificação internas.

As trocas de acusações na Horta Nova, os cortes e o evitamento relacional na Pantera Cor-de-Rosa e os investimentos na requalificação residencial confirmados durante o PER, são tudo evidências das transformações profundas que os realojamentos acarretam e dos modos diversos como vêm reconfigurar as relações nos lugares onde habita a pobreza urbana e as estratégias com que no seu interior se movimentam os atores sociais. Os realojamentos dividem, criam diferenças e expõem condições e predisposições que se encontram latentes ou são menos visíveis. Não originam toda a variedade de situações e modos de vida que se verificam nos bairros sociais e que são próprios da pobreza das classes trabalhadoras, neste e noutros contextos, mas avivam contrastes e tornam mais tangíveis as divergências entre caminhos possíveis. Uns encontram no novo contexto residencial condições para continuarem a construir a autonomia dos seus projetos; outros sentem que se tornam mais evidentes as suas incapacidades em promover o modo como vivem, ao passo que muitos se confrontam com os mesmos entraves estruturais de sempre. Nesse sentido, a dinâmica introduzida pelo realojamento favorece a formação de hierarquias e distinções em espaços sociais que passam habitualmente por ser homogêneos e fornece o contexto microssocial ideal para se proceder à observação, num segmento específico, de percursos de mobilidade. Não da mobilidade realizada, que só pode ser verificada na longa duração, mas da sua dimensão processual, à escala dos pequenos passos e, por vezes, dos revezes, que dão forma aos projetos na ação e nas intenções quotidianas. Uma mobilidade vivida, feita tanto de concretizações como de aspirações, que só existe enquanto movimento presente, sem destino assegurado.

JOSÉ CAVALEIRO RODRIGUES

Nome do ficheiro: Das barracas à habitação social cópia.docx
Diretório: /Users/jcrodrigues/Desktop/Me/ActualCV/CVactualização/Jos
éCavaleiroRodrigues
Modelo: /Users/jcrodrigues/Library/Group
Containers/UBF8T346G9.Office/User
Content.localized/Templates.localized/Normal.dotm
Título:
Assunto:
Autor: José Manuel
Palavras-chave:
Comentários:
Data de criação: 04/05/15 17:16:00
Número da alteração: 12
Guardado pela última vez em: 19/10/19 13:33:00
Guardado pela última vez por: José Cavaleiro Rodrigues
Tempo total de edição: 101 Minutos
Última impressão: 19/10/19 16:39:00
Como a última impressão completa
Número de páginas: 10
Número de palavras: 3 439
Número de caracteres: 19 080 (aprox.)